



Programa de Educação Ambiental
PEA e PEAT - UTE Candiota III Fase C



PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DA UTE CANDIOTA III FASE C



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Licença de Operação nº 991/2010 - 1ª Renovação

Candiota
Março, 2023

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. ESCOPO LEGAL, NORMATIVO E REFERÊNCIAS OBSERVADAS	5
2.1. Marco Legal	5
2.2. Normativas IBAMA	6
2.3. Referências	6
3. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS PROPOSTAS.....	6
3.1. Diretrizes Teórico-Conceituais e Metodológicas adotadas no PEA UTE Candiota III.....	7
4. COMPONENTES DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	8
4.1. Justificativa	8
4.2. Objetivo Geral do Programa.....	9
4.3. O PEA na Inter-relação com Outros Programas	10
4.4. COMPONENTE I – PEA	11
4.5. COMPONENTE II – PEAT	21
5. EQUIPE MULTIPROFISSIONAL PROGRAMA (PEA e PEAT)	31
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA UTE CANDIOTA III FASE C
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil
Eletrobras CGT Eletrosul
(PEA – CGT ELETROSUL – UTE CANDIOTA III FASE C)

Finalidade:

Proposta de Programa de Educação Ambiental – PEA e PEAT, com vista ao atendimento da Condicionante 2.5.1 da Licença de Operação N° 991/2010 – 1ª Renovação, para análise e aprovação do IBAMA.

Proponente:

Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil
Eletrobras CGT Eletrosul
UTE Candiota III Fase C

1. INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta a proposta referente ao Programa de Educação Ambiental da UTE Candiota III Fase C, de propriedade da Companhia de Geração de Energia Elétrica do Sul do Brasil – Eletrobras CGT Eletrosul. O PEA foi concebido com o objetivo de atender a condicionante 2.5.1 da Licença de Operação N° 991/2010 - 1ª Renovação.

Nos termos indicados pela Instrução Normativa IBAMA N° 02/2012, o Programa de Educação Ambiental está estruturado em dois componentes: **Componente I**, denominado **PEA**, direcionado aos grupos sociais da área de influência da atividade licenciada; e **Componente II**, intitulado de **PEAT**, direcionado aos trabalhadores que atuam no empreendimento.

Quanto ao Componente I, o PEA aqui apresentado foi revisado e atualizado a partir da sua versão preliminar, após a realização do Diagnóstico Socioambiental Participativo – DSAP, instrumento este direcionado aos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra, que correspondem aos territórios e populações que estão no entorno mais imediato da UTE Candiota III Fase C, tendo incorporado os resultados e indicadores que emergiram desse processo de diagnose.

No que diz respeito ao Componente II, trata-se igualmente de versão revisada e atualizada, que incorporou os dados, informações e indicadores decorrentes do processo de imersão e interação com os trabalhadores da usina, numa iniciativa pedagógica exploratória levado a cabo entre setembro de 2022 a março de 2023.

A estrutura deste Programa de Educação Ambiental resulta, de um lado, da observação às premissas adotadas pelo IBAMA quanto a elaboração de programas de educação ambiental de empreendimentos no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal, e de outro, das características do empreendimento, das particularidades do território e das especificidades socioambientais, econômicas e histórico-culturais ali presentes.

Combinado à proposta do PEA, foi concebido e está sendo apresentado, na sequência, de forma articulada, o Programa de Comunicação Social (PCS), Condicionante 2.5.2 da mesma L.O., considerando a estreita relação e complementaridade entre esses programas,

principalmente quando se optou pela utilização da educomunicação socioambiental como estratégia de ação e de comunicação.

Nesse mesmo movimento, também foi elaborado, na intenção de construção de uma agenda convergente e instituição de um ambiente que favoreça a emergência de uma potência de ação de forma articulado ao PEA e ao PCS, o Programa de Saúde, Condicionante 2.5.12.2 da já mencionada LO, proposta igualmente apresentada nesse documento.

Na forma como foi concebido e estruturado, no âmbito das linhas de ação do PEA, há indicações de publicização, comunicação, inter-trocas, interações, disseminação e democratização da informação, cujas estratégias não estão detalhadas nas respectivas seções, sendo apenas enunciadas nesses itens, genericamente, a intencionalidade. E fizemos esta opção para não hibridizar os 2 (dois) programas, PEA e PCS. Os mesmos estão sendo tratados em condição de complementaridade, para obedecer a lógica e a forma como as condicionantes são apresentadas e descritas no contexto do documento exarado pelo IBAMA relativo à Licença de Operação Nº 991/2010 – 1ª Renovação.

Houve, naturalmente, no desenho das propostas que seguem, um esforço de interpretar, acolher e adaptar o atual estágio do empreendimento (UTE Candiota III Fase C) às premissas e indicações dos documentos expedidos pelo IBAMA que tratam da educação ambiental e da comunicação social. Não obstante, ficamos no aguardo das observações e manifestações deste órgão ambiental com vista a apontamentos ou indicações que possam significar qualificação e aprimoramento desses programas.

Na organização das ações decorrentes do atendimento as condicionantes ambientais, vinculadas aos programas socioambientais, esta proposta apresentada refere-se ao **Programa de Educação Ambiental**, e de forma a promover a sinergia de ações, será proposto em documentos separados o **Programa de Comunicação Social** e o **Programa de Saúde**.

2. ESCOPO LEGAL, NORMATIVO E REFERÊNCIAS OBSERVADAS

2.1. Marco Legal

- Constituição Federal de 1988 – Artigo 225;
- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981);
- Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei nº 9.797/1999);
- Regulamentação da PNEA (Decreto nº 4.281/2022);

- Regulamentação da PNMA e da Criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (Decreto nº 99.274/1990);
- Resolução CONAMA nº 01/1986;
- Resolução CONAMA 237/97.

2.2. Normativas IBAMA

- IN nº 02 /2012 e ANEXO- (Estabelece as Bases Técnicas para os Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental Federal);
- NOTA TÉCNICA nº 02/2018/COMAR/CGMAC/DILIC - (Subsídios para a aplicação da IN nº 02/2012);
- NOTA TÉCNICA nº 06/2017/COMAR/CGMAC/DILIC – (Diretriz para e elaboração do Programa de Educação Ambiental para empreendimentos em processo de licenciamento ambiental);
- NOTA TÉCNICA nº 039/2011 – COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA – (Orientações para o estabelecimento do Programa de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental);
- NOTA Técnica Nº 013/2012 – COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA – (Orientações para elaboração de Programa de Comunicação Social [PCS] executado no âmbito do licenciamento ambiental.

2.3. Referências

- Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global;
- Diretrizes Teórico-Metodológicas de Implantação e Acompanhamento de Programas de Educação Ambiental. P&D – ANEEL/FURNAS. Educação Ambiental no Processo de Licenciamento: Construção Metodológica;
- Educação para os Objetivos do Desenvolvimento sustentável – Objetivos de Aprendizagem. (AGENDA 2030), UNESCO, 2017;
- SOLIS, Eloisa Tréllez. Guia de herramientas de Educación Ambiental para America Latina y el Caribe. PNUMA / Red de Formación Ambiental para America Latina y el Caribe.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS PROPOSTAS

Ao longo do processo de constituição da Educação Ambiental como campo disciplinar, como prática e estratégia de intervenção socioambiental, foi se consolidando o fundamento de que a sua matéria-prima são processos educativos permanentes, continuados e articulados que proporcionem condições objetivas para que os atores sociais neles inseridos

possam desenvolver a sua consciência socioambiental, bem como incorporar novas habilidades, competências, atitudes, comportamentos e conhecimentos que permitam mudar a lógica pela qual se relacionam com os ecossistemas onde vivem.

A síntese dos principais documentos que foram gradualmente proporcionando reflexões que auxiliaram a atribuir sentidos e significados à EA nos permitem chegar a esta conclusão, clara para os especialistas e referência nas práticas de intervenções socioambientais.

A adoção da Educação Ambiental, no contexto do licenciamento, pode ser entendida como um esforço e compromisso que se inclina na direção da construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável.

Assim, sem promover grandes reflexões sobre o campo da EA, já que este documento se direciona ao setor e especialistas do órgão licenciador que trata deste tema, passamos a indicar, abaixo, as principais premissas e princípios nos quais estão assentados esta proposta que, no nosso entendimento, perpassam ou dão sustentação as referências apresentadas.

Ao apontar premissas e princípios, a proposta de Programa de Educação Ambiental da UTE Candiota III Fase C está assumindo tais perspectivas nos processos de educação ambiental que desencadeará nos 03 (três) municípios situados no sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul mais próximos do empreendimento (entorno imediato) e, portanto, mais suscetíveis aos potenciais impactos que resultam da atividade que desenvolvem: i) **Candiota** (município sede do empreendimento); ii) **Pedras Altas** (município distante 39 Km da planta de geração térmica) e; iii) **Hulha Negra** (município distante 35, 7 Km da CGT Eletrosul).

3.1. Diretrizes Teórico-Conceituais e Metodológicas adotadas no PEA UTE Candiota III

- Os processos de Educação Ambiental a serem desencadeados alinham-se à perspectiva da Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória;
- Adota, na execução das linhas de ação concebidas, metodologias ativas que, alinhadas ao conceito de EA acolhido nesta proposta, buscam garantir o envolvimento participativo dos atores envolvidos nos processos formativos;
- A noção de justiça social, entendida como compreensão das causas sociais dos problemas ambientais na sociedade contemporânea, apresenta-se como conceito estruturante nos processos educativos em EA concebidos;

- Adoção, como um dos antecedentes fundamentais da proposta, a delimitação dos sujeitos prioritários dos processos educativos em pauta, os possíveis grupos impactados, aqui assumidos como aqueles com os quais se elabora e realiza todo o processo educativo;
- Assume a concepção de meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- Trabalha com a promoção e fortalecimento da cidadania, do protagonismo e do empoderamento socioambiental dos grupos sociais prioritários envolvidos;
- Assume como compromisso, no âmbito dos processos educativos em EA, a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- Acolhimento, reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural;

4. COMPONENTES DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

4.1. Justificativa

A Educação Ambiental refere-se a um conceito e uma prática que está assentada na noção de processos educativos cuja intencionalidade primordial reside na promoção das condições objetivas para que os sujeitos sociais possam desenvolver novas habilidades, comportamentos, atitudes e valores na relação com o meio ambiente.

Nesse movimento, almeja-se que as pessoas envolvidas nesses processos alcancem autonomia e empoderamento, que sejam capazes de realizar uma análise crítica sobre o território no qual estão assentadas, mapeando os conflitos socioambientais existentes e transformando esses problemas em mote da sua ação e intervenção socioambiental.

Com base nesse princípio fundamental, a ação educativa junto aos grupos sociais prioritários dos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra justifica-se em função da necessidade de se constituir uma massa crítica junto a essa população em relação ao atual quadro socioambiental que ocorre no território, associados ou não a possíveis impactos gerados por parte da Usina Termelétrica Candiota III.

A aplicação do Diagnóstico Socioambiental Participativo junto a esses municípios indica que, no quadro atual, há um certo nível de consciência e percepção quanto a identificação de problemas socioambientais existentes na região. No processo de consulta e diálogo com os diferentes grupos sociais emergiu indícios de problemas relacionados à destinação de resíduos; com uso indiscriminado de agrotóxico; ausência de áreas verdes; crises hídricas frequentes; degradação do ecossistema e questões relacionadas à saúde, principalmente pela alta incidência de problemas de problemas neurológicos e/ou mentais, circunstância a exigir maior atenção do sistema básico de saúde.

Nesse contexto, o Programa de Educação Ambiental se justifica como uma estratégia pedagógica, entre outras iniciativas, que se coloca junto aos grupos sociais em condição de maior vulnerabilidade nesses municípios, objetivando gerar mobilização, articulação, protagonismo e potência de ação com vista a conceber e implementar alternativas e possibilidades de enfrentamento desses problemas, buscando sua superação e, por decorrência, a construção de maior qualidade de vida para essas comunidades.

4.2. Objetivo Geral do Programa

Promover, de forma permanente, continuada e articulada, processos de formação em educação ambiental voltados, preferencialmente aos grupos sociais reconhecidos como prioritários na área de influência direta da UTE Candiota III – Fase C, mais especificamente no contexto dos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra, bem como direcionados aos trabalhadores que atuam diretamente no contexto do empreendimento. A ênfase nos grupos prioritários não implica em prejuízo ou exclusão, dos processos formativos, dos demais segmentos e grupos sociais assentados nesses territórios, ao revés, busca-se, como intencionalidade ideal, o envolvimento participativo da totalidade da população.

Objetiva criar as condições necessárias para que a comunidade e trabalhadores sejam capazes de reconhecer e prevenir eventuais riscos e danos socioambientais decorrentes do empreendimento, mas para que também possam contribuir no processo de construção de alternativas de mitigação dos impactos, e igualmente buscando gerar avanços na autonomia, empoderamento e qualificação para o exercício da cidadania individual e coletiva.

4.3. O PEA na Inter-relação com Outros Programas

No contexto de um processo de licenciamento, a concepção e implementação de um programa de educação ambiental deve estar ancorado na proposição de processos educativos que promovam o envolvimento dos atores sociais que são direta ou indiretamente alcançados pela influência do empreendimento. E no contexto do território abarcado, a realização de um Diagnóstico Socioambiental Participativo se apresentou como um instrumento que foi capaz de identificar grupos sociais em condição de vulnerabilidade a fim de priorizá-los na ação, mas sem prejuízo às iniciativas que possam alcançar a comunidade como um todo.

Entretanto, o PEA no contexto do licenciamento também deve ser entendido como uma iniciativa que busca estabelecer conexões e sentidos, principalmente para a comunidade envolvida, entre as diversas condicionantes que validam uma licença. Este entendimento implica a busca, por parte do PEA, de conhecimento e diálogo em relação aos demais programas e planos, a fim de inserir esta experiência e informações como subsídios nos processos formativos que levará a termo. A rigor, o Programa de Educação Ambiental, pela sua natureza, é a iniciativa capaz de propor esta leitura mais abrangente sobre o conjunto das condicionantes que são exigidas no contexto de uma licença, discutindo-as a partir das principais dimensões incorporadas no conceito de sustentabilidade: a ambiental, a social e a econômica.

Ao cumprir este papel, o PEA também estimula a construção de uma relação orgânica entre as condicionantes, que não devem se resumir nelas mesmas, pois os programas de monitoramento ambiental só ganham sentido no contexto dos programas socioambientais e vice-versa, estando assim numa relação de interdependência. Considerando os programas e planos que estão previstos no PBA, a articulação com PEA assume configurações em consonância com sua natureza e atribuição, organizadas como segue.

4.4. COMPONENTE I – PEA

4.4.1. Linha de Ação - Educação Ambiental no Contexto da Agenda Comunitária

Objetivo da Ação: Trata-se de organizar e ofertar processos de ensino-aprendizagem em educação ambiental, concebidos em diferentes formatos, tendo como finalidade principal a qualificação e organização dos atores sociais passíveis de sofrerem impactos ambientais diretos ou indiretos do empreendimento. Buscar-se-á, na execução dos processos formativos, o envolvimento participativo dos grupos sociais mapeados como prioritários pelo Diagnóstico Socioambiental Participativo, e intentado um nível de articulação, mesmo que numa perspectiva secundária, com os demais grupos comunitários, nos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra. Os grupos sociais mapeados como prioritários na ação educativa no contexto de cada município estão indicados na planilha abaixo.

CIDADE	PERÍMETRO	LOCALIDADE
PEDRAS ALTAS	Rural	Assentamento São Diogo
	Urbano	Sede
CANDIOTA	Rural	Assentamento Companheiro João Antônio
	Urbano	Suvaco da Cobra
HULHA NEGRA	Rural	Assentamento Santa Luciana
	Urbano	Área Verde

Quadro 1: Descrição das localidades prioritárias finais sistematizados pelo DSAP.

Justificativa: Correspondendo aos seus atributos, o DSAP, como apontado na planilha acima, mapeou grupos sociais prioritários no contexto dos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra, em função da ocorrência de condições socioambientais desfavoráveis e/ou de fatores relacionados a qualidade de vida. Nesses três municípios não se constatou assimetrias econômicas significativas: não há fome, miséria ou pobreza extrema. Mas existem problemas relacionados a degradação do ecossistema; com o uso desregrado de agrotóxico na extensa monocultura da soja; com a redução drástica das áreas verdes; com a crise hídrica cada vez mais acentuada e o histórico racionamento de água nos períodos de estiagem (acentuadamente no verão); com a inexistência de coleta seletiva; com o enfraquecimento da

identidade regional e também no que diz respeito as poucas alternativas em relação ao emprego e a renda. E é nesse contexto que as ações do PEA objetivam consolidar os processos de ensino-aprendizagem em educação ambiental já desencadeados nesses territórios, focados na organização e fortalecimento dos grupos sociais prioritários com vista ao exercício pleno da cidadania, bem como buscando promover a mitigação e/ou compensação em função dos problemas socioambientais identificados nos respectivos territórios. Esses processos serão fomentados por meio do envolvimento participativo, do empoderamento, da construção da autonomia e da apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e comportamentos que viabilizem, aos grupos sociais prioritários abarcados nesse processos, as condições objetivas para uma leitura e compreensão crítica dos problemas socioambientais presentes no território que habitam, e que contribuam no desenvolvimento de capacidades para desencadear intervenções e ações na perspectiva de conquistar melhor qualidade de vida.

Apesar da condição de foco prioritário nos segmentos destacados, os processos formativos igualmente buscarão uma ampliação incremental, articulando-se em direção aos demais segmentos sociais e em função das frentes de discussões, debates, diálogos e iniciativas que irão emergir nesse processo. A viabilidade desta intenção se justifica por dois motivos, correlatos: - de um lado, por um certo grau de internalização das iniciativas de interação e formação já levadas à cabo nesses territórios, desenvolvidas pelo período de 6 (seis) meses no contexto da execução do Diagnóstico Socioambiental Participativo, que intentou alcançar diferentes segmentos, do setor público a sociedade civil, dos assentamentos aos moradores urbanos, das associações comunitárias às entidades de classe; - de outro, a flexibilidade que a estrutura metodológica ativa de execução permite.

Metodologia: A concretização desta linha de ação ocorre por meio da metodologia definida como **Círculos de Diálogos Comunitários**, estratégia inspirada nas práticas vinculadas à educação popular. Trata-se de estimular e induzir à “interação comunitária coletiva”, nos municípios alcançados pelo programa, inicialmente junto aos grupos sociais mais vulneráveis e, por isso prioritários, segundo o mapeamento gerado pelo Diagnóstico Socioambiental Participativo realizado naquele território. O DSAP levado a termo, instrumento este de

diagnose, envolveu a participação de órgãos públicos municipais, notadamente as secretarias de assistência social, de meio ambiente, de saúde e de educação, lideranças comunitárias locais e pessoas reconhecidamente representativas, ao qual somaram-se a participação efetiva de diferentes grupos e atores sociais presentes nos territórios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra.

A motivação inicial dos encontros e que já viabilizou a constituição de coletivos e fóruns de discussões nesses municípios, disse respeito ao processo de aplicação das metodologias do DSAP e a busca ativa das comunidades indicadas no processo. Esses fóruns e coletivos já mobilizados no âmbito dos três municípios em tela, constituem-se, a rigor, em estruturas sociais ativas que estão sendo denominadas no contexto deste PEA de “Círculos de Diálogos Comunitários, que agora assumem caráter de “espaços diálogos continuados”. As intencionalidades temáticas iniciais continuarão permeando a ação educativa prevista nesta linha. No entanto, a motivação para a interação que desencadeou o DSAP deu origem a novas demandas temáticas, por parte do coletivo, agora assinaladas como prioritárias, e para esta fase de execução do programa, estão sendo alçadas a condição de mote para continuar promovendo e viabilizando o diálogo-reflexivo, alimentando assim as estratégias do processo formativo.

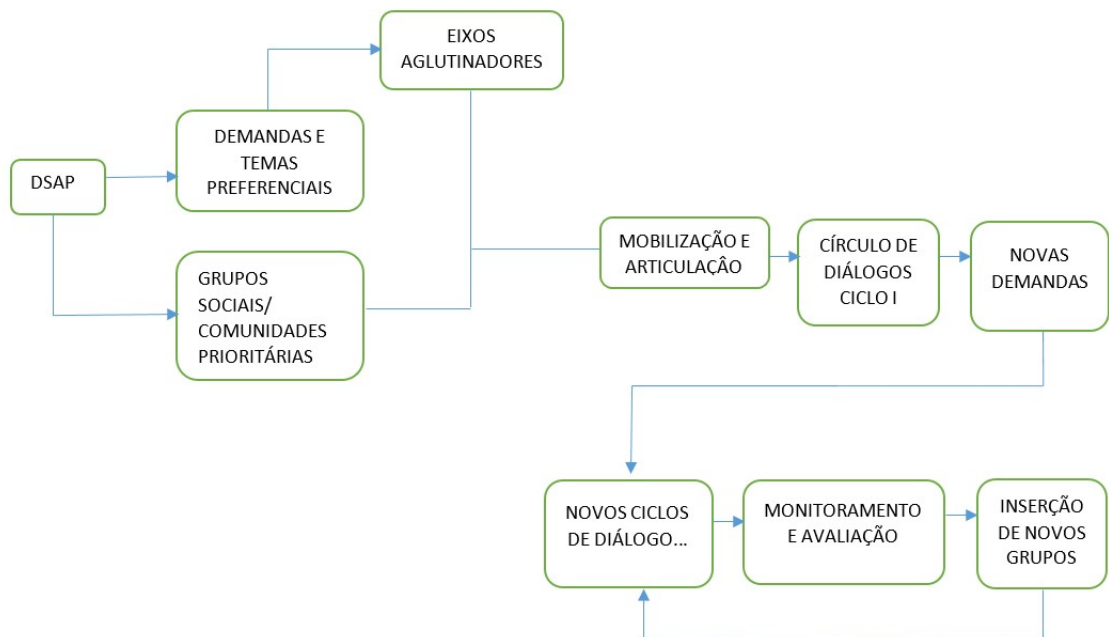
Os Círculos de Diálogos Comunitários referem-se, sobretudo, a um espaço coletivo de formação capaz de incorporar o espírito do envolvimento participativo, e é constituído, nos âmbitos abarcados por este programa, pelos segmentos sociais considerados prioritários. Na área rural e urbana de cada um dos municípios envolvidos, instala-se, portanto, um Círculo de Diálogos Comunitários, pessoas que passam a somar forças, de forma “continuada”, num processo de atuação educacional no contexto do território onde está assentado, mas que se amplia gradualmente a região como um todo, como decorrência de um movimento que sobrevive e se retroalimenta na articulação inter-grupos e entre segmentos, gerando redes de reflexão e solidariedade em torno dos problemas mapeados no lugar e que se constituirão em objeto de atenção dos integrantes do Círculo. A intenção última de um Círculo de Diálogo Comunitário é a promoção da reflexão crítica e do aprofundamento conceitual sobre questões e/ou problemas presentes no território, com vista a construção de estratégias e instrumentalização para a ação e busca do equacionamento pelo exercício do protagonismo.

Em termos operacionais, os círculos são provocados a se reunirem a partir de uma periodicidade exequível ao grupo social envolvido, e o intervalo de encontros bimensais, por município, tanto no âmbito rural quanto no urbano, apresenta-se como o mais adequado, ao menos inicialmente, até que o coletivo decida, ou não, estabelecer uma nova dinâmica em função de demandas. A pauta desses encontros será definida a partir do conjunto de temas que emergiram como centrais no âmbito de cada um dos segmentos mapeados como prioritários em cada um dos municípios, e que foram reunidos em “eixos aglutinadores, considerando os temas de maior incidência no DSAP, bem como levando-se em conta o desdobramento em suas correlações apontadas pela integralidade dos grupos consultados. Os temas e eixos serão abordados, oportunamente, no item “Temas Preferenciais”. A responsabilidade pela condução da pauta de cada reunião será deliberada pelo coletivo. Ao receber a atribuição de ponto focal, o responsável desencadeará a mobilização e articulação necessárias para que o tema seja abordado, contando com a participação dos integrantes do próprio círculo, ou convidando especialistas ou conhecedores da questão, levando ao ponto de construção das condições objetivas para os encaminhamentos e tomada de decisões. E cada pauta deve se consolidar no tempo do coletivo, envolvendo as seguintes fases: chamamento para o encontro; publicização da pauta; preparação para a discussão; imersão reflexiva; apropriação do tema; definição de estratégias com vista ao equacionamento; deliberação. Uma determinada pauta não necessariamente se concluirá nesse ciclo. Por vezes, abrirá novas demandas temáticas, desdobrando-se, eventualmente, em novos ciclos. Ao findar as discussões dos temas relacionados a um eixo aglutinador ou dos seus desdobramentos, o Círculo migrará a outro.

Em cada município, tanto na área rural quanto urbana, há estruturas e/ou espaços físicos capazes de viabilizar as atividades do Círculo de Diálogos Comunitários. Em alguns casos, o próprio espaço físico favorece a articulação do processo educativo com outros grupos sociais não enquadrados como prioritários. Este é caso do assentamento de Santa Luciana, situado na área rural de Hulha Negra. Ali, as ações do Círculo ocorrerão no “Centro Comunitário Renovando o Futuro” que, a rigor, atende a outras duas comunidades de assentados, a “Potiguar” e “Conquista do Futuro”. Outro exemplo com circunstância similar, vem de Candiota, onde está disponível para realização de atividades do programa, o “Galpão do

Produtor”, localizado na sede do município, espaço que, em função da sua finalidade, pode gerar interconexões entre o grupo prioritário deste lugar, o bairro Suvaco da Cobra, com a população de outros bairros. Esta é uma circunstância que, por exemplo, já favorece a ampliação do PEA para além do atendimento dos grupos prioritários. Outra situação em que esta possibilidade se fará presente é na medida mesmo em que o processo formativo induzir, em função das variáveis atinentes a cada eixo aglutinador, a conexão com outros segmentos, seja do setor público, da sociedade civil, do setor laboral, patronal, sindical ou associações em geral.

Fluxograma da Estratégia Metodológica:



Meta: Alcançar, ao final do período de execução, um movimento consolidado no processo de participação, representado por uma frequência que demonstre, independente da escala, uma tendência de permanência e continuidade.

Temas Prioritários considerados nesta Linha de Ação: Na execução do DSAP junto a Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra, os temas indicados como prioritários, aqueles que emergiram como mais recorrentes nas consultas realizadas, foram organizados por município, figurando a seguinte ordem:

a) **Candiota**: Saúde Mental; Coleta Seletiva e Identidade Regional;

b) **Pedras Altas**: Qualificação Profissional; Saúde Mental; Coleta Seletiva;

c) **Hulha Negra**: Qualificação Profissional; Coleta Seletiva; Áreas Verdes;

Tomando como referência a indicação desses temas, foi possível estabelecer a proposição de quatro eixos aglutinadores agrupando-os em função da maior incidência de indicações, bem como em função dos desdobramentos em suas correlações citadas pelo conjunto dos grupos acessados. Nesse mesmo movimento, igualmente estabelecemos a conexão dos eixos aglutinadores com a Agenda 2030 – Objetivos do Desenvolvimento sustentável (ODS), estabeleceu-se a plataforma dos temas prioritários que serão trabalhados, integralmente, para todo o território nessa linha de ação. A relação entre eles é de horizontalidade, o que significa dizer, que poderão ser acionados em qualquer ordem no processo formativo. Não obstante, é importante considerar que em função do uso de metodologia dos Círculos de Diálogos participativos (que busca o envolvimento participativo) a ser utilizada como suporte dos processos formativos, novas demandas poderão emergir (por vezes mais significativas do que aquelas indicadas quando da realização do DSAP), o que se justifica pelo fato de que no contexto de formação, já está estabelecido uma condição de maior confiança entre as partes envolvidas. São temas prioritários:

- ✓ **Eixo Resíduos**: Coleta Seletiva; Descarte Adequado; Campanhas Educativas. ODS 11) Cidades Sustentáveis e ODS 12) Produção e Consumo Responsáveis;
- ✓ **Eixo Saúde Mental**: Autocuidado; Rede de Sociabilidade. ODS 3) Saúde e Bem Estar;
- ✓ **Eixo Bioma Pampa**: Áreas Verdes; Identidade Regional; Proteção do Ecossistema. ODS 6) Água Potável e Saneamento; ODS 11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 13) Ação Contra o Clima; ODS 15) Proteger a Vida Terrestre;
- ✓ **Eixo Inserção Cidadã**: Qualificação Profissional; Fontes de Renda. ODS 1) Erradicação da Pobreza; ODS 8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 17) Parcerias e Metas de Implementação.

Serão tratadas, ainda, as informações relativas às atividades desenvolvidas na usina, esclarecendo e democratizando informações quanto aos riscos, impactos, controles e monitoramentos realizados pelo empreendimento.

Duração Média: Considerando que o programa está voltado para Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra e, em cada um desses municípios, envolverá grupos prioritários na área urbana e na área rural, sendo que nessa última, está representada por comunidades assentadas no território profundo (exigindo grandes deslocamentos no interior da região por meio de estradas vicinais); e levando-se em conta as particularidades do trabalho a ser realizado por meio de uma metodologia ativa, os Círculos de Diálogos Comunitários, que demanda tempos de trabalho que estão relacionados as características e peculiaridades de cada comunidade, consideramos uma duração geral de referência. Cada um dos encontros do círculo deverá considerar o limite máximo de 2 horas/atividade, que será vivenciado e apropriado em função da dinâmica de cada comunidade, e da inserção da mesma no espaço urbano ou rural.

Modo de Execução: Tendo em vista a distância entre os municípios, bem como a quilometragem a ser percorrida para se alcançar, no contexto dos três municípios, entende-se oportuno uma logística que contemplará, uma ação específica por município, a cada mês.

Produto Esperado: Formação e consolidação, em cada município, junto aos grupos sociais prioritários, de um movimento formativo individual (de periodicidade mensal) em educação ambiental, mediado pelos educadores ambientais, que se estenderá ao longo do período de vigência do contrato.

Monitoramento e Avaliação: Qualquer estratégia de monitoramento e avaliação dos processos formativos propostos nesta linha de ação deve, para guardar coerência, estar alinhada às perspectivas para qual apontam a noção de educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Nesse sentido, portanto, devem ser acordados com os grupos sociais e demais atores envolvidos nesses processos. Uma vez considerando esse fundamento, entende-se que monitoramento e avaliação são estruturantes como estratégia para aferir os progressos e gargalos, alcance e efetividade, bem como para validar potencialidades e desafios quanto ao desenvolvimento dos processos formativos. A rigor, monitoramento e avaliação são partes que estão interligadas por um processo de diálogo. Planejamento, monitoramento e avaliação, portanto, devem ser resultado da construção de

um sistema participativo, esforço que pressupõe o diálogo e a negociação como elementos-chave, o que, em si, constitui um grande desafio, assim como subentende o embasamento em duas dimensões, a técnica e a política, que aqui deve ser assumida como um processo protagonista de participação e intervenção dos grupos sociais envolvidos. Ao assumirem esta condição ativa, cidadã, cada um dos atores participantes no processo está, na verdade, de forma coletiva, pessoal e institucional, colaborando na construção dos equacionamentos para as questões que serão abordadas. Esta proposta de planejamento, monitoramento e avaliação deve ser entendida, de um lado, como uma concepção, pois procura orientar-se por uma lógica política de envolvimento participativo, da qual a busca pela eficiência é uma função e; por outro, como sistema, em virtude de reunir um conjunto de instrumentos e procedimentos; e sobretudo como processo, por reconhecer a necessidade de construir coletivamente cada decisão a ser tomada.

Assim, propõe-se, nesta linha de ação, uma estratégia baseada nas seguintes noções: transparência, responsabilidade socioambiental, processos educativos em Educação Ambiental, contexto de aprendizagem, envolvimento solidário e participativo (Pessoas que Aprendem Participando - PAP). Com essas premissas, **o sistema deve:**

- ✓ Ser transparente, ou prestar contas, do que se faz, de modo compreensível, para todos os possíveis interessados, devendo estar ao alcance de todos que desejarem ter acesso à informação, sendo possível a qualquer um, ver o que se faz;
- ✓ Proporcionar as condições para que se desenvolva a compreensão de instituições, entidades, governos e sociedade civil, enfim, de que todos nós, temos compromisso de natureza ética, moral, política e com o nosso próprio tempo no sentido de ajudar a construir alternativas para a grave crise socioambiental que atravessa o nosso presente;
- ✓ Fortalecer a perspectiva de que o licenciamento ambiental é uma ferramenta que visa a garantir direitos e a manter a qualidade de vida do meio ambiental natural no contexto de empreendimentos com potencial de impacto no território;
- ✓ Viabilizar as condições necessárias para que os atores envolvidos sejam efetivados como “participantes”, isto é, que se assumam como sujeitos capazes de influir nos rumos dos processos formativos a serem implementados. Almeja-se que com essa

experiência as pessoas se descubram capazes de intervir em situações (problemas socioambientais) que afetam suas próprias vidas;

- ✓ Estimular processos de reflexão, nos quais o exercício da crítica e da identificação de eventuais falhas ou dificuldades na execução ganhe sentido positivo e propositivo, e que promovam o crescimento dos grupos envolvidos. A principal pergunta que deve ser feita a cada momento é: que lições aprendemos dessa vez?

Assim, serão utilizados como instrumentos e dinâmica do sistema: - o Plano de Trabalho (pois ele marca o início do ciclo de desenvolvimento do processo; - os Processos Participativos de Revisão e Reflexão - PPRR (momento em que os participantes lançarão um olhar crítico sobre o que foi realizado a partir da revisão e análise do Plano de Trabalho); - o PPRR deve ser elaborado de forma a conter os “avanços e limites”, do que foi realizado, e as eventuais propostas de adequação visando a continuidade do trabalho. Após a elaboração do PPRR, avançar para a produção de indicadores de modo participativo, abarcando o coletivo das Pessoas que estão Aprendendo Participando - PAP. Esses indicadores também envolvem justamente a escala de participação alcançada e, para tanto é necessário quantificar o número de pessoas envolvidas nas diferentes fases do processo, bem como quantificar o volume de materiais educativos/informativos distribuídos. O desafio, nesse contexto, é a construção de indicadores com parâmetros de comparação que tornem possível a verificação, garantindo a avaliação; - como ato final, elaborar o Registro Descritivo do Processo, documento que deve conter o registro analítico e reflexão do Plano de Trabalho referente ao período de execução, incluindo: breve registro da metodologia; avaliação sobre o ano; dados quantitativos e qualitativos que sustentem essa análise; lições para o próximo planejamento (o que se mantém, o que se modifica; e outros). Nesse ponto, estão estabelecidas as condições objetivas para a definição coletiva da estratégia de construção de indicadores, que deve ser resultado do cruzamento e cotejamento das seguinte variáveis: i) o Plano Anual de Trabalho, no qual estão expostos os objetivos, resultados esperados, atividades e cronograma); ii) o Relatório Anual que resulta dos processos Participativos de revisão e reflexão referente a execução do Plano de Trabalho; iii) a definição das bases de planilhas demonstrativas (em linhas e colunas), cruzando o item i e ii e tomando como referência os objetivos

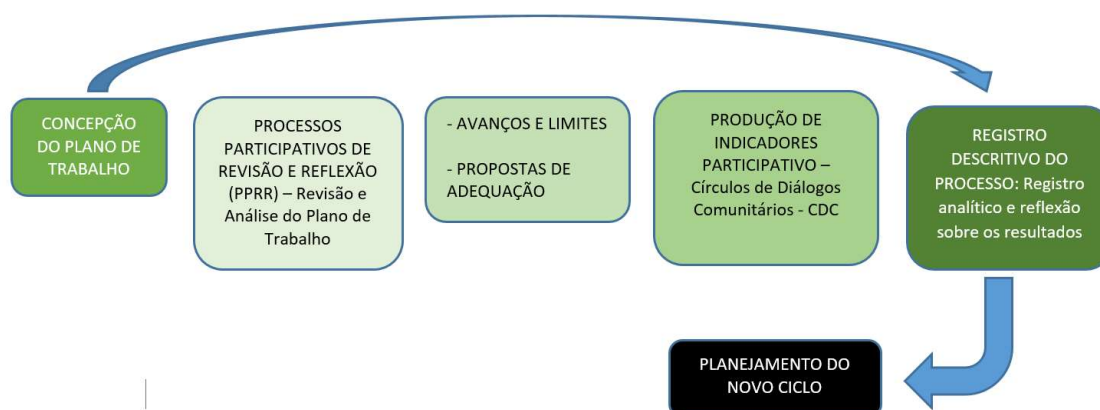
estratégicos adotados. Resultará, deste cruzamento, o exercício de análise e geração do indicador (que pode ser definidos em termos qualitativos, quantitativos ou qualiquantitativos). Considera-se, em termos de opção quanto a metodologia participativa na construção de indicadores, as metas definidas, a priori, no contexto dos programas de EA e suas respectivas linhas de ação em termos de demandas, bem como considerando os insumos necessários, os processos, produtos e resultados de forma a disponibilizar um instrumento simples, ágil e útil para a avaliação, mais transparente e de mais fácil comunicação com todos os interessados na tomada de decisão.

Planejamento, Cronograma e Metas: O planejamento e metas apresentados abaixo está considerando as atividades que serão desenvolvidas entre março de 2023 e dezembro de 2024.

Linha de Ação 1 do PEA – Educação Ambiental no Contexto da Agenda Comunitária				
Atividade	Meta	Ação	Indicador	Meses de execução
Realizar Círculos de Diálogos comunitários nos Municípios de Pedras Altas, Candiota e Hulha Negra	Realizar 3 Círculos de Diálogos comunitários por mês (1 em cada município)	Organizar e promover encontros com a comunidade	Número de encontros realizados	1 a 21
Realizar Campanhas Temáticas*	Realizar 10 campanhas temáticas (1 tema a cada 2 meses)	Desenvolver campanhas nos 3 municípios	Número de campanhas realizadas	1 a 21

*As campanhas são feitas à luz dos temas prioritários indicados no DSAP, bem como em decorrência dos debates dos círculos de diálogos realizados ao longo do desenvolvimento do Programa.

Fluxograma do Planejamento, monitoramento e avaliação:



4.5. COMPONENTE II – PEAT

4.5.1. Linha de Ação – Educação Ambiental, Trabalho, Saúde e Bem Estar

Objetivo da Ação: Trata-se da organização e oferta de processos pedagógicos em educação ambiental, buscando o envolvimento participativo dos trabalhadores que atuam diretamente no âmbito da planta de geração térmica de energia elétrica (empregados, estagiários, colaboradores, prestadores de serviço), e também daqueles que interagem com o empreendimento de forma indireta (fornecedores, profissionais do setor de transportes, entre outros). Estes processos serão realizados objetivando o desenvolvimento dos trabalhadores no sentido de capacitá-los com vista a avaliar os impactos e riscos ambientais decorrentes da sua atividade laboral e formas de minimizá-los, como também para refletir sobre aspectos éticos da relação sociedade-natureza.

Justificativa: Com escopo definido pela IN IBAMA Nº 02/2012, a especificidade deste programa se justifica pela necessidade de viabilizar processos de ensino-aprendizagem visando à formação continuada dos trabalhadores que atuam no âmbito do empreendimento, e também para aqueles que interagem com este ambiente mesmo que de forma eventual e/ou indireta. A intencionalidade é a de buscar gerar as condições objetivas para o desenvolvimento individual e coletivo da observação atenta com vista ao reconhecimento e prevenção de eventuais riscos e danos socioambientais e à integridade física dos trabalhadores, para si próprios, para as comunidades situadas na área de influência e para o meio ambiente, passíveis de decorrerem do empreendimento. Os processos educativos poderão contribuir, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências, na identificação e mapeamento dos eventuais riscos à integridade física dos trabalhadores, bem como na identificação do potencial de impacto desses riscos para as comunidades e para o ecossistema. Na interação com o mundo do trabalho na UTE de Candiota III Fase C, motivada pela execução de processos educativos exploratórios levada à cabo entre setembro de 2022 e março de 2023, no contexto de uma proposta preliminar de PEAT, vivenciou-se aquele ambiente e a rotina de trabalho, experiência que contribuiu sobremaneira no levantamento de temas de interesse dos trabalhadores, entre os quais destacam-se:

- O desejo de conhecimento do conjunto das condicionantes vinculadas a Licença de Operação do empreendimento e os indicadores que resultam dos monitoramentos realizado (como forma de disporem de argumento quando do debate sobre os impactos da usina no contexto comunitário);
- O acesso às informações sobre a relação como o tema da transição energética afeta a vida e a existência das termelétricas, e da UTE Candiota em especial;
- Conhecer melhor as questões de cunho conjuntural e econômico que colocam a empresa com recorrência nas manchetes da grande mídia (reestatização X venda);
- Compreender a motivação que leva a empresa a não se posicionar frente às narrativas genéricas que colocam em condição de vilania produção de energia a partir do carvão, sendo que é possível diferenciar, no contexto atual, a exploração do carvão mineral de Candiota e a produção de energia naquela planta, das situações que ocorrem em outros territórios e plantas industriais.

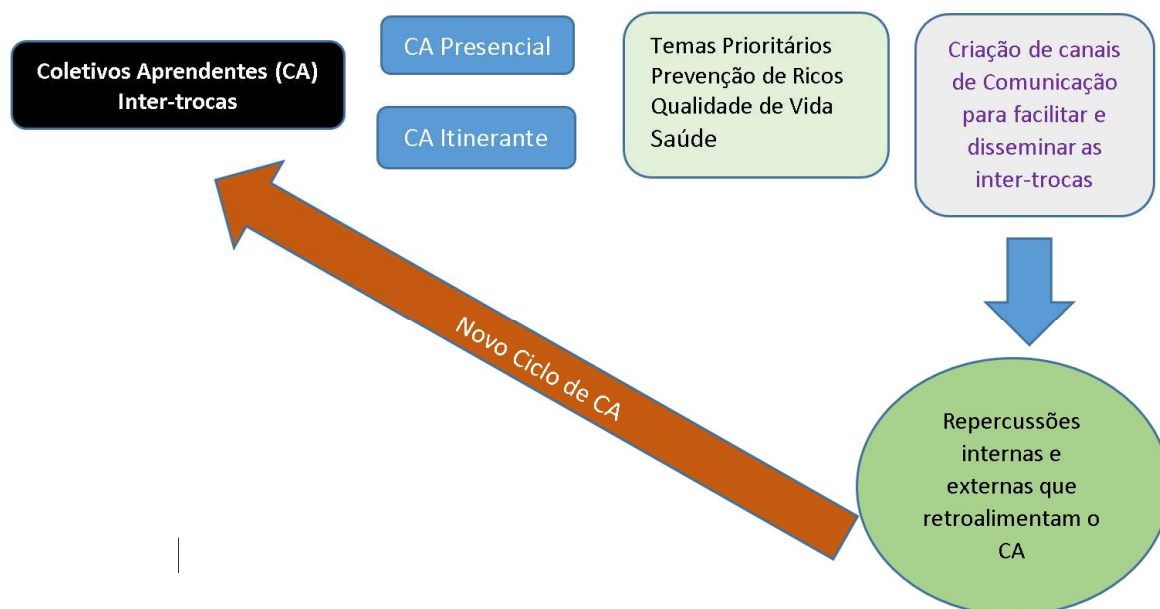
E é neste contexto presente no mundo do trabalho da UTE Candiota III Fase C, que os processos pedagógicos em educação ambiental vão se justificando e ganhando sentido, apresentando-se como indutores e mediadores das discussões relacionadas aos potenciais riscos do empreendimento para os trabalhadores, comunidade e para o ambiente natural, mas também abrindo espaço para que se dialogue e discuta sobre os temas emergentes que pululam naquele ambiente. Também é possível pensar sobre as intervenções de EA no contexto do PEAT numa outra dimensão. A saber: Como o empreendimento e a cadeia de interações que suscita representa o que poderíamos definir como um “ecossistema laboral”, os processos educativos igualmente buscarão repercutir questões relacionadas à Saúde, abordando temas como alcoolismo, drogas, hepatites, DST e AIDS, vetores de doenças e animais peçonhentos, entre outros pontos. A consecução desta linha de ação está relacionada à intenção do bem estar no ambiente de trabalho, à garantia da qualidade de vida das comunidades e à manutenção de um meio ambiente equilibrado.

Metodologia: O âmbito laboral gerado pela CGT ELETROSUL na UTE Candiota III Fase C, também se constitui numa dessas situações pedagógicas de partilha da vida e, nela, os trabalhadores que ali atuam se veem às voltas com trocas de significados, de saberes, de

valores, de ideias, de conhecimentos e técnicas de variada natureza, mas muito fortemente sobre o próprio contexto de trabalho. Esta unidade da vida cotidiana é chamada, no âmbito da educação, de “comunidade aprendente”. Trata-se, portanto, de um desses lugares onde há o fazer como o motivo principal do grupo (nesse caso, desenvolver a atividade profissional junto ao empreendimento) e também é o local onde as pessoas estão inter-trocando saberes entre elas. Estão ensinando e aprendendo. Conhecimentos e saberes técnico-profissionais interagem com conhecimentos variados da vida cotidiana e local. Nesse sentido, é possível afirmar-se que há uma ponte enorme pela qual pode-se intercambiar informações e saberes sobre essas duas situações de vida: o mundo do trabalho e o mundo da comunidade. Este contexto justifica o nome dado a metodologia pela qual pretende-se que esta linha de ação ganhe concretude: “Coletivo Aprendente”. Diz respeito, portanto, a formação de um Coletivo constituído pelos trabalhadores da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica que, motivados pela construção do bem-estar, levam à cabo, por meio do diálogo entre pessoas que aprendem e ensinam participando, o debate sobre a natureza e condições de trabalho, com foco no reconhecimento, identificação e prevenção de eventuais riscos à integridade física pessoal e do grupo de trabalhadores, bem como dos possíveis riscos que podem depreender das atividades do empreendimento para as comunidades e para o meio ambiente. A perspectiva é transformar cada trabalhador (a) em leitor e intérprete da situação e condições de trabalho, buscando socializar, discutir, avaliar e propor encaminhamentos em relação a problemas concretos tratados pelo coletivo. O Coletivo Aprendente CGT ELETROSUL representa a totalidade dos trabalhadores do empreendimento, mas que, pela lógica e dinâmica de trabalho, não conseguem estarem todos juntos ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Assim, semanalmente, grupos menores, formados por representantes de cada setor/unidade, estarão reunidos fisicamente, para juntos construírem o formato mais adequado naquele contexto, de processos pedagógicos. A cada semana, portanto, cada grupo terá a oportunidade de reunir-se para tratar de temas que dizem respeito ao trabalho, aos riscos pessoais, comunitários e para o meio ambiente natural, à saúde, à qualidade de vida. As pautas dos encontros serão discutidas e definidas de forma coletiva, por consenso, a serem tratadas oportunamente em função de um cronograma acordado consensualmente, podendo ser abordado a partir de saberes existentes no grupo ou contando com a participação de

especialistas convidados, o que poderá agregar e qualificar os diálogos. Esses encontros serão inicialmente moderados pelo grupo de facilitadores e educadores que atuarão nos processos educativos, até o momento em que surjam ou se forjem lideranças e educadores (as) constituídas no âmbito do próprio grupo que, adiante, deverão assumir a condução desses processos. As inter-trocas no ambiente laboral irão favorecer o intercâmbio e atualização de informações entre os trabalhadores que formam cada grupo, ação que vai se potencializando e consolidando pelas estratégias de comunicação que serão adotadas, como a criação de canais de comunicação por meio das mídias sociais, disponibilização de murais, grupos de e-mail e whatsapp. Alguns setores também poderão receber visitas diretas dos mediadores nos seus ambientes de trabalho. Como já mencionado, os temas indicados e selecionados se transformarão em mote das reuniões semanais, inclusive os relacionados à saúde. Não obstante, entende-se ser possível realizar uma vez a cada ano, um circuito de saúde no âmbito da companhia, no qual se possa oferecer alguns produtos ou serviços vinculados aos principais indicadores da saúde dos trabalhadores. Para além da disponibilização de produtos e serviços de saúde que a própria companhia poderá empregar na atividade, a ação apresenta-se como uma oportunidade que poderá reunir igualmente órgãos públicos, como as secretarias municipais de saúde de cada um dos municípios envolvidos, a secretaria estadual de saúde e outras entidades com as quais se possa constituir parcerias para tal fim, como as vinculadas ao Sistema S, por exemplo. Esta linha de ação possui um potencial de inter-trocas que extrapola o ambiente de trabalho, porque os trabalhadores da unidade de geração de energia, também possuem sua vida cotidiana estruturada no território, no município sede ou naqueles situados no entorno. Isso significa dizer que poderão se constituir em interpretes privilegiados na leitura e identificação de eventuais problemas que ligam o mundo do trabalho, da comunidade e do meio ambiente natural. Por outro lado, por essa condição simultânea de trabalhadores do empreendimento e moradores do lugar, poderão, dependendo do momento e circunstância, estar participando dos processos educativos dentro e fora da companhia.

Esquema Representativo da Estratégia Metodológica:



Meta: Alcançar, ao final do período de execução, 100% de participação dos trabalhadores que atuam diretamente no âmbito da planta de geração térmica de energia elétrica (funcionários, estagiários, colaboradores, prestadores de serviço), e também daqueles que interagem com o empreendimento de forma indireta (fornecedores, profissionais do setor de transportes, entre outros), em alguma atividade do programa.

Temas Prioritários a serem considerados nesta Linha de Ação: Considerando as orientações contidas na IN IBAMA Nº 02/2012, esta linha de ação deverá, por pertinência, como já antecipado no item “Justificativa”, trabalhar com a seguinte prioridade temática: - *identificação e mapeamento dos eventuais riscos a integridade física dos trabalhadores, bem como na identificação do potencial de impacto desses riscos para as comunidades e para o ecossistema.* E em função da imersão educativa exploratória promovida no âmbito do mundo do trabalho na UTE de Candiota e, assumindo este ambiente como um “ecossistema laboral”, outros temas emergiram como sendo de interesse dos trabalhadores e, igualmente, serão contemplados nas ações formativas. **A saber:** - acesso as informações sobre como o tema da transição energética afeta a vida e a existência das termelétricas, e da UTE Candiota em

especial; - conhecer melhor as questões de cunho conjuntural e econômico que colocam a empresa com recorrência nas manchetes da grande mídia (reestatização X venda);- compreender a motivação que leva a empresa a não se posicionar frente as narrativas genéricas que colocam em condição de vilania esta forma de produzir energia, sendo que é possível diferenciar, no contexto atual, a exploração do carvão mineral de Candiota e a produção de energia naquela planta, do que ocorre em outros territórios e plantas; - conhecer os monitoramentos e controles ambientais desenvolvidos pela empresa; - debater questões relacionadas à Saúde, abordando temas como alcoolismo, drogas, hepatites, DST e AIDS, vetores de doenças e animais peçonhentos, entre outros pontos.

É necessário destacar uma indicação que emergiu no próprio setor de meio ambiente da UTE: a colaboração do PEAT com vista a qualificar e potencializar o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), buscando promover a apropriação, internalização e observação dos procedimentos adequados de destinação por parte de todos os setores e atores do empreendimento. Esta demanda está sendo acolhida e será objeto de atenção dos processos formativos.

Duração Média: A estratégia de materialização desta linha de ação se dará por meio da consolidação dos já instituídos “Coletivos Aprendentes”, forjados no contexto da imersão educativa exploratória realizada no mundo do trabalho na UTE de Candiota, ação desenvolvida entre setembro de 2022 e março de 2023, no âmbito de execução de uma proposta preliminar de PEAT. A experiência vivida leva a conclusão de que uma maior efetividade e eficácia do trabalho desses Coletivos estão relacionadas a uma agenda mensal, mesmo por que, de cada encontro, decorrem tarefas e iniciativas que cada integrante do grupo desenvolverá no entremeio das reuniões formativas. Esses encontros deverão ter, no máximo, duas horas de duração. Quando a dinâmica do mundo do trabalho favorecer, ocorrerão imersões formativas diretamente nos diferentes setores da usina, encontros pedagógicos de curta duração, de no máximo 20 minutos, que poderão acontecer em várias seções num único dia, dependendo, naturalmente, das circunstâncias de trabalho.

Modo de Execução: Tendo em vista a natureza desta proposta formativa, nas duas modalidades possíveis, como detalhado no item “Metodologia”, ela se viabilizará pela modalidade presencial e com a utilização de recursos pedagógico expositivos e lúdicos, como a utilização de jogos educativos cooperativos, por exemplo, entre outras possibilidades.

Produto Esperado: Formação e consolidação, no âmbito da usina, de um processo formativo em educação ambiental, de caráter permanente, continuado e articulado, alicerçado na atuação dos Coletivos Aprendentes.

Monitoramento e Avaliação: Qualquer estratégia de monitoramento e avaliação dos processos formativos em EA adotados na presente proposta deve, para guardar coerência, estar alinhada às perspectivas para qual apontam a noção de educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Nesse sentido, portanto, devem ser acordados com os grupos sociais e demais atores envolvidos nesses processos. Uma vez considerando esse fundamento, entende-se que monitoramento e avaliação são estruturantes como estratégia para aferir os progressos e gargalos, alcance e efetividade, bem como para validar potencialidades e desafios quanto ao desenvolvimento dos processos formativos.

A rigor, considerando a lógica proposta para execução das linhas de ação que estruturam o PEA e o PEAT, monitoramento e avaliação são partes que estão interligadas por um processo de diálogo. Planejamento, monitoramento e avaliação, portanto, devem ser resultado da construção de um sistema participativo, esforço que pressupõe o diálogo e a negociação como elementos-chave, o que, em si, constituiu um grande desafio, assim como subentende o embasamento em duas dimensões, a técnica e a política, que aqui deve ser assumida como um processo protagonista de participação e intervenção dos grupos sociais envolvidos. Ao assumirem esta condição ativa, cidadã, cada um dos atores participantes no processo está, na verdade, de forma coletiva, pessoal e institucional, colaborando na construção dos equacionamentos para os problemas que se colocam no nosso tempo.

Esta proposta de planejamento, monitoramento e avaliação deve ser entendida, de um lado, como uma concepção, pois procura orientar-se por uma lógica política de envolvimento participativo, da qual a busca pela eficiência é uma função e; por outro, como sistema, em

virtude de reunir um conjunto de instrumentos e procedimentos; e sobretudo como processo, por reconhecer a necessidade de construir coletivamente cada decisão a ser tomada.

Como eixo central desta concepção a proposição aqui apresentada, em consonância com as diretrizes teórico-conceituais apresentadas em seção anterior (Item 2.1), propõe uma perspectiva estratégica baseada nas seguintes noções: transparência, responsabilidade socioambiental, processos educativos em educação ambiental, contexto de aprendizagem, envolvimento solidário e participativo (Círculos de Diálogos Participativos).

Com essas premissas, **o sistema deve:**

- ✓ Ser transparente, ou prestar contas, do que se faz, de modo compreensível, para todos os possíveis interessados, devendo estar ao alcance de todos que desejarem ter acesso à informação, sendo possível a qualquer um, ver o que se faz;
- ✓ Proporcionar as condições para que se desenvolva a compreensão de instituições, entidades, governos e sociedade civil, enfim, de que todos nós, temos compromisso de natureza ética, moral, política e com o nosso próprio tempo no sentido de ajudar a construir alternativas para a grave crise socioambiental que atravessa o nosso presente;
- ✓ Fortalecer a perspectiva de que o licenciamento ambiental é uma ferramenta que visa a garantir direitos e a manter a qualidade de vida do meio ambiental natural no contexto de empreendimentos com potencial de impacto no território;
- ✓ Viabilizar as condições necessárias para que os atores envolvidos sejam efetivados como “participantes”, isto é, que se assumam como sujeitos capazes de influir nos rumos dos processos formativos a serem implementados. Almeja-se que com essa experiência as pessoas se descubram capazes de intervir em situações (problemas socioambientais) que afetam suas próprias vidas;
- ✓ Estimular processos de reflexão, nos quais o exercício da crítica e da identificação de eventuais falhas ou dificuldades na execução ganhe sentido positivo e propositivo, e que promovam o crescimento dos grupos envolvidos. A principal pergunta que deve ser feita a cada momento é: **que lições aprendemos dessa vez?**

Sobre os instrumentos e dinâmica do sistema:

- 1) Definir, um Plano Anual de Trabalho, contendo objetivos, resultados esperados, atividades e cronograma. Este documento marca o início do ciclo anual do projeto, detalha as ações para o período e constitui a principal referência para o monitoramento do projeto ao longo de um período.
- 2) O principal instrumento do sistema são os Processos Participativos de Revisão e Reflexão, que representa oportunidade para os participantes apropriarem-se das lições aprendidas até aquele momento, de modo a influir na definição de novos passos. É importante garantir que o olhar crítico sobre o que foi realizado tenha, nesses processos, sentido positivo e propositivo. O método para garantir a revisão e reflexão consiste, basicamente, na retomada do plano de trabalho. Participarão do processo o conjunto das pessoas nele envolvidos (por isso, participativo), e as informações devem estar disponíveis a todos sobre o que foi realizado até aquele momento. E os debates devem estar orientados para verificar: i) o ponto onde se chegou; ii) em que condições se chegou; iii) o que fazer para avançar. Concebemos, para concretizar esta etapa, a utilização de metodologias e técnicas participativas como forma de dinamizar o processo; técnica como a construção coletiva de diagramas e mapas, uso de imagens, visitas de campo e dramatização são alguns exemplos que podem contribuir para ampliar a participação.
- 3) Os Processos Participativos de Revisão e Reflexão, considerando a periodicidade com que for realizado, trimestralmente, quadrimestralmente, ou noutro interstício, devem ser registrados em um Relatório Parcial, contendo avaliação, em termos de avanços e limites, do que foi realizado, e as eventuais propostas de adequação para o restante do ano. Ao final do período, deve ser gerado um Relatório Anual, considerando os mesmos aspectos dos Relatórios Parciais e mais as lições apreendidas, além do plano de trabalho para o ano seguinte.
- 4) Considerando o processo como um todo (e em particular os relatórios resultantes da Revisão e Reflexão) e o conjunto de experiências e informações que foram produzidas (relatórios parciais) ao longo da execução do Planejamento Anual, pode-se pensar em avançar para a produção dos indicadores de avaliação que é sempre uma questão complexa, sobretudo quando se pretende construir indicadores de modo participativo, abarcando o

coletivo das Pessoas que estão Aprendendo Participando. O desafio, nesse contexto, é a construção de indicadores com parâmetros de comparação que tornem possível a verificação, garantindo a avaliação. Considerando essas questões e o fundamento do envolvimento solidário e participativo, um produto em especial deve ser considerado como referência de indicador a ser associados às proposições estratégicas adotadas no Plano de Trabalho, não esquecendo que a centralidade dessa intencionalidade está voltada, permanente e continuamente, na concretização dos processos formativos em EA previstos nesta proposta. Como produto especial referimo-nos ao **Registro Descritivo do Processo**: documento que deve conter o registro analítico e reflexão do Plano de Trabalho referente ao período de execução, incluindo: breve registro da metodologia; avaliação sobre o ano; dados quantitativos e qualitativos que sustentem essa análise; lições para o próximo planejamento (o que se mantém, o que se modifica; e outros). Nesse ponto, estão estabelecidas as condições objetivas para a definição coletiva da estratégia de construção de indicadores, que deve ser resultado do cruzamento e cotejamento das seguinte variáveis: i) o Plano Anual de Trabalho, no qual estão expostos os objetivos, resultados esperados, atividades e cronograma); ii) o Relatório Anual que resulta dos processos Participativos de revisão e reflexão referente a execução do Plano de Trabalho; iii) a definição das bases de planilhas demonstrativas (em linhas e colunas), cruzando o item i e ii e tomando como referência os objetivos estratégicos adotados. Resultará, deste cruzamento, o exercício de análise e geração do indicador (que pode ser definidos em termos qualitativos, quantitativos ou qualiquantitativos).

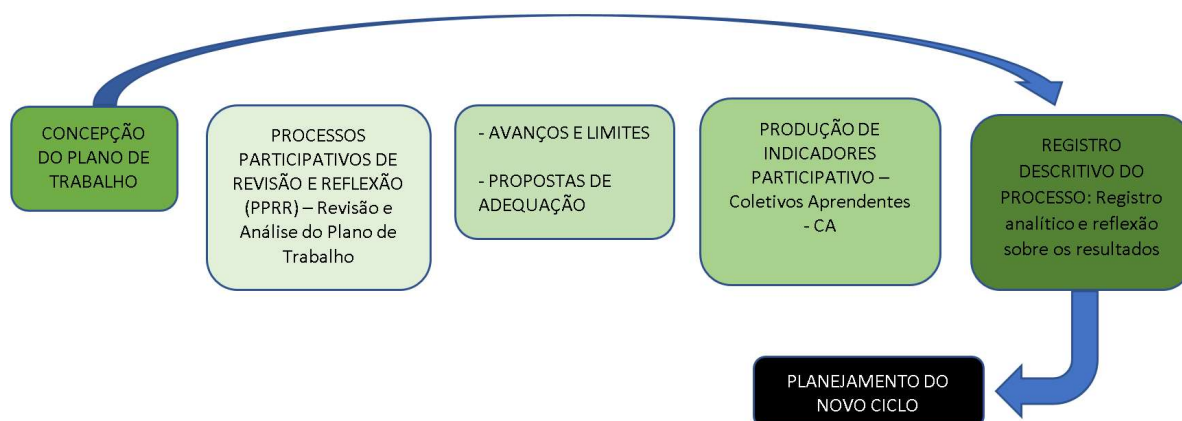
Estamos considerando, em termos de opção quanto a metodologia participativa na construção de indicadores, as metas definidas, a priori, no contexto dos programas de EA e suas respectivas linhas de ação em termos de demandas, bem como considerando os insumos necessários, os processos, produtos e resultados de forma a disponibilizar um instrumento simples, ágil e útil para a avaliação, mais transparente e de mais fácil comunicação com todos os interessados na tomada de decisão.

Os resultados advindos desse processo de monitoramento e avaliação deverão ser compartilhados com a comunidade de cada município por meio da realização de um seminário aberto, espaço de reflexão sobre o alcance e impactos das atividades promovidas no processo de mobilização dos Círculos de Diálogos Comunitários.

Planejamento e Metas: O planejamento e metas apresentados abaixo está considerando as atividades que serão desenvolvidas entre março de 2023 e dezembro de 2024.

Linha de Ação 1 do PEAT – Educação Ambiental, Trabalho, Saúde e Bem Estar				
Atividade	Meta	Ação	Indicador	Mês de execução
Encontros Mensais do Coletivo Aprendente	Realizar 21 encontros com o grupo de empregados da UTE Candiota	Organizar e promover encontros formativos com o grupo	Número de encontros realizados	1 a 21
Visitas Semanais aos setores/unidades da Companhia	Realizar imersões semanais (4 imersões por mês)	Realizar imersões nos setores da UTE Candiota	Número de imersões realizadas	1 a 21

Fluxograma do Planejamento, Monitoramento e Avaliação:



5. EQUIPE MULTIPROFISSIONAL PROGRAMA (PEA E PEAT)

O Programa de Educação Ambiental UTE Candiota III será executado por profissionais especializados na área, que constituirão a equipe base. A equipe de execução poderá contar ainda com equipe de apoio, a ser formada por alunos selecionados junto aos cursos de graduação e pós-graduação de universidades da região, em áreas afetas às Ciências Ambientais e à Educação Ambiental.

A formação desta equipe está numa relação direta com as demandas que poderão emergir no desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental (PEA e PEAT). A equipe de colaboradores refere-se à participação e intercâmbio com profissionais e acadêmicos que atuam em instituições de ensino superior da região.

Equipe Base

MsC. Laura Lemons Moreira – **Coordenadora Executiva**

Bióloga (UFPEl)

Mestre em Gerenciamento Costeiro (FURG)

MBA Engenharia Sanitária e Ambiental (IPOG)

Especialista em Licenciamento Ambiental

Prof. Dr. Felipe Nóbrega Ferreira – **Coordenador Técnico**

Mestre em História (UFRGS)

Doutor em Educação Ambiental (PPGEA – FURG)

Especialista em Educomunicação Socioambiental

Prof. Dr. José Vicente de Freitas – **Consultor / Colaborador**

Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI -FURG)

Decano do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG

Consultor Ad Hoc de Organismos Internacionais – UNESCO - PNUD – OEI

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. **Encontros e Caminhos. Formação de Educadores Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: MMA. Volumes 1, 2 e 3.

MESQUITA, Z.; BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **Territórios do Cotidiano**. Uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1995.

QUINTAS, J. S. Introdução a Gestão Ambiental Pública. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

_____. Educação no Processo de Gestão Ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: Layrargues, P. P. (Coord.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília, MMA, 2004.

QUINTAS, J.S; GUALDA, M. J. Formação do Educador para atuar no processo de Gestão Ambiental. Brasília: Edições IBAMA, 1995. (Série Meio Ambiente em Debate 1).